



Secretaria Especial de Política para as Mulheres

Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados R\$ 19,2 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 24.554.087,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 19.225.875,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 24.554.087,00	Total realizado:	R\$ 19.225.875,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 1,4 milhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 994,7 mil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A atuação está centrada na implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que engloba duas dimensões: a primeira visa a articular e monitorar a implementação das 199 ações do PNPM, objetivando a transversalidade dos programas e ações; a segunda implica num processo político de pactuação, que já foi efetuada com 4 governos estaduais e 96 prefeituras municipais desde março de 2005, abrangendo as cinco regiões brasileiras. O conjunto dessas duas dimensões tem em vista a consecução dos objetivos expressos nos cinco eixos temáticos do referido Plano, que emanaram da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres:
 - a. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania.
 - b. Educação inclusiva e não sexista.
 - c. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.
 - d. Enfrentamento à violência contra as mulheres.
 - e. Gestão e monitoramento do Plano.
- No que diz respeito ao enfrentamento da violência contra as mulheres, os esforços se dirigiram para a implantação, a manutenção e/ou o reaparelhamento de 46 Centros de Referência, 7 Defensorias públicas especializadas e 4 Casas Abrigo, por meio de projetos apresentados por instituições públicas e privadas, com destaque para o lançamento da Central de Atendimento à Mulher - LIGUE 180. Além disso, foram capacitados 4,1 mil profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Na área do trabalho, houve a capacitação de mais de 2 mil mulheres para os setores produtivos em todas as regiões do país, de modo a incentivar a

sua autonomia econômica. Destaca-se ainda a cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Banco do Nordeste, destinada à promoção de ações de documentação civil para mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo de ampliar o acesso desse segmento ao crédito rural. Foi lançado também o programa Pró-Eqüidade de Gênero, que tem por objetivo distinguir com o Selo Pró-Eqüidade de Gênero as empresas que adotam práticas de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Em 2005, o programa recebeu a adesão de 13 grandes empresas dos setores financeiro, da energia elétrica, do petróleo.

- Elaboração por uma Comissão Tripartite composta por representantes dos poderes executivo e legislativo e da sociedade civil e encaminhamento ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, de proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez.
- Expansão e fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios. Em 2003, havia somente 13 organismos dos executivos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Já em dezembro de 2005, o número desses mecanismos aumentou para 104. Para isso, tem sido estimulada e apoiada a criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres nas administrações municipais e estaduais sob a forma de secretarias ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do(a) governador(a) ou prefeito(a).

ASPECTOS RELEVANTES

A maior parte das ações executadas por meio da celebração de convênios têm seu desempenho físico monitorado por visitas in loco de representantes da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Em 2005, foi instituída uma sistemática de acompanhamento dos projetos apoiados, que prevê critérios de seleção e questões a serem avaliadas. Esta sistemática ainda está em aprimoramento, mas constitui uma primeira iniciativa de monitoramento e fiscalização da execução dos convênios firmados.

Cabe destacar a parceria do programa com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, a qual está possibilitando a ampliação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Entre 2003 e 2005, foram criadas 15 novas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) e 4 setores de atendimento especializados em delegacias comuns, serviços subordinados aos sistemas de segurança pública estaduais, nos Estados da BA, do PR, do RS, de GO, do TO e do MS.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SPM para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes – A execução das ações é frequentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que a maioria delas é realizada por meio da celebração de convênios. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta a tempo de habilitar-se para a celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, do monitoramento e da avaliação da execução, deve realizar a mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor o seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que ainda não foram atendidas.

Falta de uma cultura de planejamento pautado pela dimensão de gênero – Permanece a pouca sensibilidade dos gestores públicos com relação à perspectiva de gênero no planejamento e implementação das políticas públicas. Deve-se considerar, também, o fato de a SPM ser um órgão novo, com uma estrutura pequena. Outro ponto relevante é a insuficiência de recursos orçamentários para a implementação de ações demonstrativas visando a sensibilizar os diferentes setores da administração pública.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração da participação das mulheres no microcrédito concedido por instituições parceiras, a fim de viabilizar a apuração do indicador existente no programa “Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho”.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas na área de igualdade de gênero.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 5.155.209,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.275.272,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.275.272,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa “Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas” destina-se a subsidiar a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no que se refere às suas competências, como: assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção da igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação. Nesse sentido, destacam-se o incentivo à implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004, e o monitoramento de suas ações nos diversos órgãos governamentais, bem como o apoio a organismos de promoção dos direitos da mulher, o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro e a promoção de eventos relacionados com políticas para as mulheres.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em dezembro de 2004. Ao longo de todo o ano de 2005, com vistas a incentivar a implementação do Plano, bem como realizar o monitoramento de suas ações, a SPM coordenou o trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, o qual é integrado por representantes de onze ministérios e secretarias, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e da SPM. O Comitê definiu os parâmetros de monitoramento e avaliação do PNPM e levantou as principais realizações do Plano em 2005, que compõem o primeiro Relatório Anual.
- Pactuação do PNPM com 4 governos estaduais e 96 prefeituras municipais de 16 Estados, abrangendo as cinco grandes regiões brasileiras. Este processo foi iniciado em março de 2005 e consiste na assinatura de um compromisso entre os governos estaduais e municipais e a SPM.
- Expansão e fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios. Em 2003, haviam somente 13 organismos de políticas para as mulheres nos executivos estaduais e municipais. Já em dezembro de 2005, o número desses mecanismos aumentou para 104. Para isso, tem sido estimulada e apoiada a criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres nas administrações municipais e estaduais sob a forma de secretarias ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do(a) governador(a) ou prefeito(a).
- Criação do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem se reunido regularmente em nível nacional e em encontros regionalizados, como forma de facilitar o fortalecimento da institucionalidade de gênero e consolidação das políticas para as mulheres em nosso país. Destaca-se a realização de quatro Fóruns Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres (do Nordeste, em Salvador/BA; do Sudeste, em Osasco/SP; do Sul, em Porto Alegre/RS; e do Centro-Oeste e Norte, em Campo Grande/MS) e dois nacionais.
- Lançamento do programa “Mulher e Ciência”, que tem o objetivo de estimular a produção científica e reflexão acerca das relações de gênero no país e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Este programa é constituído por três iniciativas paralelas, quais sejam: (1) Edital de pesquisas sobre relações de gênero, mulheres e feminismos; (2) 1º Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, destinado a alunas e alunos do Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação; (3) Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências.
- Realização do Curso de Formação de Profissionais da Educação em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, desenvolvido em colaboração com o Ministério da Educação (MEC), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Conselho Britânico. O objetivo é capacitar professores das redes estaduais e municipais de ensino nas temáticas de gênero, raça e orientação sexual. O primeiro seminário de introdução ao curso foi realizado em 30 de novembro. No primeiro semestre de 2006, serão capacitados professores da rede pública de cinco Municípios representativos da diversidade regional, como ação piloto.
- Encaminhamento ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, de proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção

voluntária da gravidez, elaborada por uma Comissão Tripartite composta por representantes dos poderes executivo e legislativo e da sociedade civil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que as principais ações, como o apoio a organismos dos direitos da mulher e a promoção de eventos de políticas para as mulheres, são realizadas por meio da celebração de convênios. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

OBJETIVO

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres, com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres com idade a partir de 16 anos, inseridas na População Economicamente Ativa (PEA).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 3.183.872,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.568.142,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.568.142,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TOTAL DE MICROCRÉDITO CONCEDIDO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador foi alterado na revisão de 2005 para "Participação das mulheres no total de microcrédito concedido pelas instituições parceiras", pois é possível apenas a mensuração do microcrédito concedido às mulheres pelas instituições parceiras da SPM. Portanto, o novo indicador poderá ser apurado apenas a partir de 2006, pois as parcerias com instituições financeiras ainda estão sendo firmadas. Entretanto, cabe ressaltar que este indicador não atende à amplitude do programa, visto que este contempla outras dimensões importantes, como a capacitação para o trabalho e o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mulheres no Brasil sofrem discriminações no mundo do trabalho, tanto em termos de acesso aos serviços públicos quanto de acesso à terra, documentação, formação profissional, habitação e ao crédito. As desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, independentemente da classe social. Comparando-se os rendimentos médios mensais das pessoas ocupadas em 2003, cabem às mulheres

83% dos rendimentos auferidos pelos homens, sendo que a desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos. Com vistas a melhorar esse quadro, o programa tem como objetivo desenvolver ações orientadas para a promoção da equidade e o combate a todas as formas de discriminação de gênero no mundo do trabalho, como: a conscientização e a sensibilização de empregadores e estímulo às práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das empresas; o incentivo ao acesso das mulheres a linhas de microcrédito urbano; o apoio a projetos de capacitação e incentivo à autonomia econômica das mulheres.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio a 23 projetos de capacitação de mulheres para o trabalho nos setores produtivos rural e urbano e de incentivo à autonomia econômica das mulheres, totalizando mais de 2.000 mulheres capacitadas em todo o país e o apoio a projetos de geração de renda em 8 Estados das 5 Grandes Regiões do país.
- Lançamento, em setembro de 2005, do Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem por objetivo distinguir, com o Selo Pró-Equidade de Gênero, as empresas que adotarem práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Neste primeiro ano, participaram as empresas públicas. Em 2005, o Programa recebeu a adesão de 13 grandes empresas dos setores financeiro, de energia elétrica e petróleo, entre outros, representando mais de 10% do total de empresas estatais.
- Capacitação de 260 agentes de crédito em 10 Estados brasileiros, por meio de convênio com o Banco da Mulher do Brasil, que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, de forma a melhorar o atendimento às mulheres moradoras de regiões urbanas e ampliar o seu acesso ao microcrédito para o financiamento de projetos produtivos. Foi assinado também Protocolo de Cooperação com o Banco Popular do Brasil, com o objetivo de aumentar o microcrédito para as mulheres.
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Banco do Nordeste do Brasil, destinado à promoção de ações de documentação civil para mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo, entre outros, de ampliar o acesso desse segmento ao crédito rural.
- Renovação do Acordo de Cooperação Técnica com o SEBRAE e a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, com a finalidade de desenvolver projetos que contribuam para a promoção da autonomia das mulheres por meio da capacitação para o trabalho e da geração de emprego e renda.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que as principais ações, como o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres e a capacitação de mulheres para a equidade no mundo do trabalho, são realizadas por meio da celebração de convênios.. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes

não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Parcerias – Destaca-se que a parceria estabelecida com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e outros órgãos centrais do governo, constitui um dos instrumentos de apoio da SPM, na implementação de suas ações prioritárias e na definição de prioridades, papéis e atribuições no processo de construção e promoção da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração da participação das mulheres no microcrédito concedido por instituições parceiras, a fim de viabilizar a apuração do indicador existente.
- Na ação não-orçamentária 900D – “Certificação de Empresas e Instituições voltadas para a Equidade de Gênero”, alterar o título para “Incentivo à Equidade de Gênero nas Empresas – Pró-Equidade de Gênero”; o produto para “selo outorgado”; a descrição para “Desenvolver novas concepções e práticas na gestão de pessoas e na cultura organizacional das empresas, para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho”; e o detalhamento da implementação para “Assessoramento técnico no desenho e na implementação das ações e projetos das empresas, bem como a avaliação das empresas, ao final de um ano, a partir da assinatura do Termo de Compromisso, quanto ao cumprimento do plano de ação acordado, para a obtenção do Selo Pró-Equidade de Gênero”.

PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

OBJETIVO

Prevenir e combater, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violências simbólicas) e prestar atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situações de violência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 10.135.098,00	Empenho Liquidado: R\$ 8.914.192,00 Pago estatais: - Total: R\$ 8.914.192,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. GRAU DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELA REDE DE APOIO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador foi excluído na revisão de 2005, em função da impossibilidade de mensuração. Ainda não foi implantada uma sistemática para que os dados do atendimento prestado na rede sejam compilados, uniformizados e trabalhados. A iniciativa de normatizar os serviços constitui um primeiro passo nesta direção. Entretanto, como é fundamental que o programa tenha um indicador que retrate a presença das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres – DEAM nos Municípios brasileiros, foi incluído o indicador “Evolução do Número de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres”.

2. GRAU DE EVOLUÇÃO DOS REGISTROS EM DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Devido à necessidade de aprimoramento deste indicador, ele foi substituído, na revisão de 2005, pelo indicador “Média Anual de Ocorrências de Delito Registradas por Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres”, o qual mede o número de ocorrências de delito registradas em relação ao número de DEAMs no ano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001 pela Fundação Perseu Abramo em todo o território nacional declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada quinze segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. A política nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres compreende as dimensões da prevenção, do atendimento, do enfrentamento da violência contra a mulher e do combate à impunidade dos agressores. As ações previstas na política estão voltadas para: a ampliação e o aperfeiçoamento da rede de atendimento; a revisão e a implementação da legislação nacional e a aplicação dos tratados internacionais; a promoção de ações educativas e culturais com enfoque na prevenção; a atenção à saúde das mulheres em situação de violência; a produção de dados e informações sobre a questão; a capacitação dos profissionais dos diferentes setores relativos ao tema; e a garantia do acesso à justiça.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, com seu funcionamento integrado à Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, destinando-se a receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. O número disponibilizado (180), considerado de utilidade pública, permitirá ligações de qualquer ponto do território nacional, 24 horas por dia e durante toda a semana. Na primeira etapa, em fase experimental de 90 dias de duração, que contou com o apoio e a infra-estrutura do Ministério da Saúde, o atendimento foi das 7h às 18h40, de segunda a sexta. A Central de Atendimento é também um importante instrumento para melhorar o conhecimento sobre os números da violência contra as mulheres, possibilitando, com isto, o aperfeiçoamento da política de enfrentamento e prevenção da violência e da aplicação de recursos públicos;
- Elaboração de proposta de norma técnica para qualificar o funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs). Em 2005, foi realizado o 2º Encontro Nacional de Delegadas, que aprovou a proposta elaborada pela SPM, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça, reunindo especialistas de universidades e organizações não-governamentais na área de violência de gênero e representantes das delegadas;
- Capacitação de 4.100 profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Apoio a serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência: implantação, manutenção e/ou reaparelhamento de 46 Centros de Referência, 7 Defensorias públicas especializadas e 4 Casas-Abrigo, por meio de projetos apresentados por instituições públicas e privadas;

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que a maioria das ações é realizada por meio da celebração de convênios. Há atrasos e necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Participação Social – O programa possui mecanismos que promovem a participação social, tais como a Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, inclusive de orientação às mulheres em situação de violência, além de reuniões nas localidades para apoio técnico e incentivo à formação das redes de atendimento à mulher. Estas reuniões envolvem os mais diferentes parceiros, como poder público local, representantes do Judiciário, dos serviços de atendimento existentes e dos grupos de mulheres.

Parcerias – Cabe destacar ainda a parceria do programa com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, a qual está possibilitando a ampliação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Entre 2003 e 2005, foram criadas 15 novas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM e 4 setores de atendimento especializados, em delegacias comuns, serviços subordinados aos sistemas de segurança pública estaduais, nos estados da BA, PR, RS, GO, TO e MS.

Monitoramento - A maior parte das ações executadas por meio da celebração de convênios têm seu desempenho físico monitorado por visitas in loco de representantes da SPM. Em 2005, foi instituída uma sistemática de acompanhamento dos projetos apoiados, que prevê critérios de seleção e questões a serem avaliadas. Esta sistemática ainda está em aprimoramento, mas constitui uma primeira iniciativa de monitoramento e fiscalização da execução dos convênios firmados.

RECOMENDAÇÕES

- Na ação 0911 – “Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência”, alterar o título para “Serviços Especializados

no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência”; a descrição para “Apoio técnico e financeiro (construção, reforma, reaparelhamento e/ou manutenção) a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: centros de referências, casas-abrigo, Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Institutos Médicos Legais, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, entre outros”; o produto para “Unidade de atendimento disponibilizada”; o tipo de ação para “Atividade”. Esta alteração visa a melhorar o desenho da ação, informando os tipos de serviços que são apoiados, inclusive a Central de Atendimento – Ligue 180 que foi criada em novembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.714, de 13/08/2003;

- Alterar o detalhamento da ação não-orçamentária 900M – “Incentivo à Formação e ao Fortalecimento das Redes de Cidadania” para “Parcerias com Estados e Municípios, promoção de reuniões e eventos de sensibilização e capacitação, produção de material educativo, elaboração de modelos de formulários para o atendimento das mulheres, encaminhamento e acompanhamento das mulheres atendidas”.